



Eleições Parlamentares no Egito

Apesar de todos os partidos pretenderem a realização destas eleições, a polémica surgiu devido ao método de eleição. A coaligação de partidos egípcios ameaçou boicotar as eleições no país caso a lei eleitoral não fosse alterada. [Pag 2](#)

I Cimeira Bilateral Portugal

Moçambique - Realizou-se, entre os dias 28 e 29 de Novembro do ano passado, em Lisboa, a I Cimeira Luso - Moçambicana, para aprofundar as relações políticas, económicas e de cooperação. [Pag 2/3](#)

Índice Desenvolvimento Humano 2011

A ONU divulgou, em finais de 2011, o relatório que analisa o Índice de Desenvolvimento Humano que avalia os progressos verificados na saúde, na educação e no rendimento dos cidadãos. [Pag 4/5](#)

Cooperação África-América do Sul

A cooperação entre África e a América do Sul conheceu um forte impulso por ocasião da visita de Estado, em Abril de 2005, do Presidente Lula da Silva à Nigéria. [Pag 5](#)

Angola Começa a Exportar Gás Natural

De acordo com o Diretor Nacional de Comercialização do Ministério dos Petróleos, Albino Ferreira, Angola vai começar a exportar gás natural a partir do primeiro trimestre de 2012. [Pag 6](#)

Índice de Democracia do EIU

O Índice da Democracia 2011, feito pelo serviço de investigação da revista "The Economist", avaliou as democracias de 165 estados independentes e dois territórios. [Pag 6/7](#)

Nova Crise na Guiné Bissau

Após 21 meses de acalmia, a Guiné Bissau conheceu uma nova crise político-diplomática. No dia 26 de Dezembro, uma facção das Forças Armadas, liderada por Bubo Na Tchuto, terá tentado tomar o poder pela força. [Pag 7](#)

Novo Governo na Tunísia

O líder do partido Conselho Pela República (CPR), Moncef Marzouki, foi eleito novo Presidente da Tunísia após ter vencido as eleições presidenciais. [Pag 8](#)

Morte do Líder do Darfur

O grupo rebelde do Darfur, Movimento para a Justiça e Igualdade, anunciou, em finais de Dezembro, que o seu líder, Khalil Ibrahim Moahammed foi morto na sequência de um raide aéreo das forças armadas sudanesas. [Pag 8/9](#)

Petróleo em São Tomé e Príncipe

Foi anunciado pelo Diretor Executivo da Autoridade Conjunta, Jorge Santos, que há agora boas perspectivas para a existência no país de petróleo em quantidade comercial. [Pag 9](#)

O Valor dos Megaprojetos em Moçambique

Os oito megaprojetos existentes em Moçambique contribuíram, em 2010, apenas 0,004% para as receitas globais do Estado, equivalente a 83 milhões de euros, e 0,001% do Produto Interno Bruto em 2010, revela o relatório sobre a Conta Geral do Estado de Moçambique. [Pag 9/10](#)

Morte do Presidente da Guiné Bissau

O Presidente da Guiné Bissau, Malan Bacai Sanhá, morreu no dia 9 de Janeiro no Hospital Militar de Val de Grace em Paris, onde se encontrava internado desde finais de Novembro. [Pag 10/11](#)

Crises Agravam Situação na Nigéria

Desde o início do ano, a Nigéria enfrenta duas crises distintas mas, que em conjunto, têm provocado uma grave instabilidade interna. [Pag 11](#)

TV Chinesa Abre Delegações

A CCTV inaugurou um centro de produção em Nairobi, Quênia, e até ao final de 2012 quer estabelecer mais 14 delegações no Continente Africano. [Pag 12](#)



Eleições Parlamentares no Egito

As eleições parlamentares no Egito tiveram o seu início a 28 de Novembro. Estas foram as primeiras eleições desde a queda do regime de Hosni Mubarak, em Fevereiro de 2011. Apesar de todos os partidos pretenderem a realização destas eleições, a polémica surgiu devido ao método de eleição. A coaligação de partidos egípcios, comandada pelo grupo islâmico Irmãdade Muçulmana, ameaçou boicotar as eleições no país caso a lei eleitoral não fosse alterada.

O grupo egípcio Irmãos Muçulmanos criticou a nova lei eleitoral anunciada pela Junta Militar, ao afirmar que esta promove a fraude e a compra de votos, e ameaçou boicotar as eleições de Novembro se a mesma não fosse alterada. A principal crítica centrava-se no artigo 5º da Lei Eleitoral, a qual proibia os partidos de nomear candidatos para um terço dos lugares parlamentares.

Segundo esta Lei, dois terços dos lugares do Parlamento são ocupados pelas listas fechadas dos partidos e um terço por indivíduos eleitos nas listas abertas. Segundo os Irmãos Muçulmanos, as forças políticas concordaram em realizar eleições parlamentares no âmbito do sistema de listas fechadas e pediram ao Conselho Militar para alterar a legislação anterior, mas os militares emitiram uma nova lei com mais deficiências.

O grupo criticou ainda a nova lei pelo facto de proibir os candidatos (do sistema aberto) de aderirem aos partidos no caso de serem eleitos, já que isso contraria os desejos dos políticos em fortalecer as formações políticas.

O sistema também foi rejeitado pelo Movimento 6 de Abril, o responsável pela organização das manifestações que levaram à queda de Hosni Mubarak, por considerar que pode abrir as portas do Parlamento a personalidades ligadas ao antigo regime, já que as listas abertas lhes permite concorrer em separado e à margem de qualquer formação política.

Por outro lado, os Irmãos Muçulmanos consideram que o calendário das eleições parlamentares é demasiado lento e que afectará a vida pública do país, já que fará com que o país viva numa atmosfera eleitoral durante quase cinco meses. As eleições legislativas vão decorrer de 28 de Novembro a 11 de Março de 2012, já que as votações na câmara baixa e alta do Parlamento se realizam em separado, cada uma com três voltas. O Partido da Justiça e Liberdade (FJP) dos Irmãos Muçulmanos lidera a primeira etapa das eleições com cerca de 60% dos votos.

Cimeira Bilateral Portugal Moçambique

Realizou-se, entre os dias 28 e 29 de Novembro do ano passado, em Lisboa, a I Cimeira Luso – Moçambicana. Em 2010, e na sequência da visita do Primeiro-Ministro português a Moçambique¹, ficou decidido o estabelecimento de cimeiras bilaterais, a realizar anualmente, entre os governos de ambos os países, destinadas a aprofundar as relações políticas, económicas e de cooperação entre Portugal e Moçambique.

A Cimeira Luso-Moçambicana foi, inicialmente marcada para Abril de 2011, em Lisboa. No entanto, devido à alteração de governo em Portugal, o evento foi adiado. Esta Cimeira decorreu numa altura em que Portugal atravessa uma crise financeira sem precedentes, o que, poderia ter consequências no que diz respeito à cooperação existente entre os dois países. Porém, apesar das dificuldades, Portugal reafirmou a sua vontade de manter os níveis de cooperação existentes e aprofundar os laços económicos.

Sinal deste compromisso português foi o facto de ter sido assinado o Memorando de Entendimento de Apoio ao Orçamento de Moçambique em 2011, no valor de 1.5 milhões de euros e no prolongamento das linhas de crédito existentes. Em relação a este último ponto, o Primeiro-Ministro português, afirmou que as linhas de crédito que existem, entre Portugal e Moçambique, têm tido um nível de utilização extremamente satisfatório. Do ponto de vista prático, ficou acordado o prolongamento do seu prazo de utilização de maneira a permitir o seu integral aproveitamento, sobretudo tendo em atenção que há um conjunto de projetos que estão a nascer e que poderiam ficar fora destas linhas, dada a maturidade que apresentavam.

O Chefe de Estado Moçambicano fez-se acompanhar por diversos membros do seu governo na sua deslocação a Portugal, nomeadamente pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Oldemiro Baloi, dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula, da Energia, Salvador Namburete, e das Obras Públicas, Cadmiel Muthemba. Do lado português, e para além do Primeiro-Ministro, participaram na Cimeira o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, o Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, o Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira.

Em relação às trocas comerciais, as exportações portuguesas para Moçambique subiram mais de 40% nos primeiros nove meses de

¹ **Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Cimeiras Bilaterais**, assinado em Maputo 2010/03/03.

2011 face ao mesmo período de 2010, ano em que Portugal se tornou no quarto maior fornecedor do mercado moçambicano.

Segundo estatísticas da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), a propósito da I Cimeira Luso-Moçambicana, as empresas portuguesas exportaram 155 milhões de euros em produtos entre Janeiro e Setembro de 2011, mais 41,1% do que no mesmo período de 2010.

As exportações portuguesas têm vindo a subir nos últimos cinco anos, registando-se um crescimento de 20% entre 2006 e 2010. Aumentou também o número de empresas exportadoras, que eram 1.151 em 2006 e passaram para 1.520 em 2010.

Já as importações de produtos moçambicanos por Portugal subiram 39,6% nos primeiros nove meses de 2011, face ao período homólogo de 2010, para 21,7 milhões de euros. Portugal era, em 2010, o terceiro maior cliente das exportações moçambicanas.

Máquinas e aparelhos (33%), metais comuns (11), pastas celulósicas e papel (8,9), produtos alimentares (8,7) e químicos (7,1) eram os principais produtos exportados para Moçambique, enquanto os produtos alimentares (53,6%) e agrícolas (38,1) eram os mais importados para Moçambique.

Quanto ao investimento direto de Portugal em Moçambique, os primeiros nove meses de 2011 revelaram que se investiram 34,2 milhões de euros, enquanto em todo o ano de 2010 o valor foi de 45,9 milhões de euros.

De referir que é longa a lista de empresas portuguesas que, apesar da crise, asseguram que continuarão a investir em Moçambique. No conjunto das empresas portuguesas, destacam-se a Portucel, que irá construir uma fábrica de papel no valor de 1,7 milhões de euros; a GALP, que prometeu investir mil milhões de euros; a Visabeira, que diz que vai investir mais 1,46 milhões de euros na indústria de hotelaria na zona do Parque Nacional da Gorongosa; o Grupo Pestana, que investirá 47,5 milhões de euros em adição aos milhões que já aplicou no país nos últimos 16 anos, para além da TAP que promete reforçar os seus voos para Moçambique e vice-versa.

Durante a recepção à comunidade moçambicana residente em Portugal, o Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, afirmou que

economia do seu país apresenta um futuro risonho devido, sobretudo, às descobertas recentes de recursos naturais, com destaque para o gás natural e o carvão. A médio prazo, este sector poderá ser o principal contribuinte para o orçamento do estado moçambicano. Por outro lado, o aumento de receitas do estado moçambicano poderá aumentar a médio prazo se avançar o objetivo das autoridades de Maputo de renegociar alguns dos projetos já em curso no campo da extração de recursos minerais. No entanto, esta não é uma questão pacífica junto de alguns dos investidores estrangeiros, os quais escolheram Moçambique para investir, não só pelos seus recursos naturais, mas também devido ao regime fiscal muito favorável.

Um outro grande desafio que estas descobertas no campo dos recursos naturais colocam a Moçambique, tem a ver com a disponibilidade de existirem técnicos moçambicanos suficientes para trabalhar nestes empreendimentos. Nesse sentido, e apesar dos esforços que estão a ser feitos pelas instituições de ensino superior, o número de formandos ainda é insuficiente face à procura. Perante isto, é provável que o executivo de Maputo venha a proceder a alterações à legislação laboral para facilitar a entrada de trabalhadores portugueses qualificados no mercado de trabalho moçambicano para colmatar as lacunas existentes em alguns sectores.

Um dos assuntos centrais desta Cimeira foi o destino final dos 15% que Portugal ainda detinha na Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). Esperava-se que fosse oficializada que os 15% que Portugal ainda detinha fossem repartidos por duas empresas, sendo metade para a Rede Elétrica de Energia (REN) de Portugal e a outra metade para a Companhia Elétrica do Zambeze (CEZA), que é a empresa do Estado moçambicano que faz a gestão e exploração da HCB, no Songo, na província de Tete. A aquisição significava o fim da presença do Estado português numa das maiores barragens de África, construída em 1969. Porém, os dois países não chegaram a acordo sobre a venda dos 15% de Portugal. Foram aspectos de natureza técnica e financeira, relacionados com os termos em que a alienação poderia ser feita, que inviabilizaram o acordo.

Caso esta divisão se tivesse concretizado, a REN iria ser uma das parceiras com o Estado moçambicano na construção da linha de condução de energia elétrica que ligará Tete e Maputo, cujo lançamento oficial se fez em Novembro na capital moçambicana.

A segunda Cimeira entre os dois Estados terá lugar em Moçambique em 2012.

Índice Desenvolvimento Humano 2011

A ONU divulgou, em finais de 2011, o relatório que analisa o Índice de Desenvolvimento Humano. A Noruega, a Austrália e a Holanda, lideram a tabela da Organização das Nações Unidas (ONU). No extremo oposto, estão a República Democrática do Congo (RDC), o Níger e o Burundi, que fecham a classificação das 187 nações avaliadas neste ano. O Índice de Desenvolvimento Humano da ONU avalia os progressos verificados na saúde, na educação e no rendimento dos cidadãos de 187 países, mais 18 do que há um ano, quando a ONU fez um estudo semelhante. O IDH é elaborado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que este ano adverte para a questão dos problemas ambientais, como as alterações climáticas, que ameaçam avanços em especial nos países mais pobres.

O relatório de 2011, subordinado ao tema "Equidade e sustentabilidade: Um melhor futuro para todos", refere que a distribuição de rendimentos piorou na maioria dos países, com especial destaque para a América Latina. De acordo com este indicador, os 10 países com mais pobres localizam-se na África subsaariana, mas os países com mais pobres em todas as dimensões analisadas pelo índice, acesso a água potável, habitação, saúde, combustível e bens, são a Índia, Paquistão e Bangladesh. O país que ficou em pior posição na classificação do IDH foi o Níger, onde 92% da população vive em situação de pobreza.

Segundo o Relatório, Portugal está no 41.º lugar, um posto abaixo do que sucedera há um ano. Apesar desta ligeira quebra, Portugal continua no grupo restrito dos 47 países considerados mais desenvolvidos do mundo.

O Brasil subiu uma posição no Índice de Desenvolvimento Humano de 2011. O Relatório mostra que o Brasil está em 84.º. Nos últimos seis anos, o Brasil aumentou quatro posições no ranking mundial, tendo sido classificado, em 2007, pela primeira vez, como Alto Desenvolvimento Humano.

Cabo Verde ficou em 133.º lugar, destacando-se o sector da esperança de vida, onde Cabo Verde tem tido um progresso impressionante, tendo passado de 60 anos, em 1980, para 74,2 anos, em 2011.

No requisito média de anos de escolaridade, o arquipélago conseguiu 3,5 pontos, que correspondem a 11,6 anos de escolaridade esperados. No item Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita,

ficou classificado com 3,402 pontos. Na classificação do RNB per capita menos classificação do IDH de -7 e IDH de não-rendimento de 0,603.

Quanto à educação, a média de anos que os cabo-verdianos passavam na escola era de 3,5 anos.

Moçambique ficou num dos últimos lugares, 184.º, o que provocou um mal-estar entre as autoridades de Maputo.

O Presidente do INE moçambicano, João Loureiro, acredita que o resultado que o país alcançou se deveu aos critérios utilizados. Se tivessem sido usados dados reais sobre Moçambique, o seu Índice de Desenvolvimento Humano estaria situado nos 0,335 e não 0,322 conforme consta do documento, remetendo o país para o 184.º lugar numa lista que integra 187 países do mundo. Uma avaliação realística do desempenho de Moçambique, segundo Loureiro, colocaria o país no 181.º lugar da classificação global. Perante isto, Moçambique já apresentou protestos junto do PNUD em diversas ocasiões, uma vez que esta não é a primeira vez que aquele organismo ignora as informações produzidas pela autoridade estatística competente em Moçambique.

Na última edição do IDH, o PNUD reconheceu que a equipa que produz o relatório não tinha usado dados fornecidos pelas autoridades dos países analisados, optando por recorrer às informações fornecidas por agências internacionais como o Fundo das Nações Unidas para Atividades da População (FNUAP) para estabelecer estimativas sobre esperança de vida à nascença, o instituto da UNESCO para estimativas relacionadas com a Educação, e o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) para informações relativas ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos países.

No fundamento desta opção, o PNUD alega que tal opção visa permitir que se façam comparações, não só entre países, como também entre regiões ao longo de vários anos.

A Guiné-Bissau é o país lusófono com a menor esperança de vida à nascença (48,1 anos), registando 2,3 anos de escolaridade média e um rendimento per capita de 994 dólares.

São Tomé e Príncipe ficou colocado em 144.º lugar, o que representa uma queda considerável relativa a 2010, onde estava situado no

126º lugar. A explicação para esta queda prende-se, por um lado, ao facto da edição deste ano do IDH ter obedecido a novos cálculos e variáveis. Por outro lado, o Relatório aponta o atendimento na saúde precário e educação de baixa qualidade como principais problemas do país.

Angola aparece em 148º lugar, registando uma esperança média de vida de 51,1 anos, 4,4 anos de escolaridade média e um rendimento per capita de 4.874 dólares.

Cooperação África-América do Sul

A cooperação entre África e a América do Sul conheceu um forte impulso por ocasião da visita de Estado, em Abril de 2005, do Presidente Lula da Silva à Nigéria. Nessa ocasião, seu homólogo nigeriano, Olusegun Obasanjo manifestou interesse na realização de uma Cimeira entre os países africanos e os da América do Sul, semelhante à Cimeira América do Sul - Países Árabes (ASPA). Obasanjo afirmou que iria apresentar esta proposta na Cimeira da União Africana (UA), que se realizou em Julho de 2005 em Sirte, na Líbia.

Mais tarde, quando Obasanjo visitou o Brasil, em Setembro de 2005, Lula da Silva reiterou o apoio do Brasil à ideia de seu homólogo de promover a projetada Cimeira entre os países da América do Sul e da África, sugeriu-lhe a possibilidade de o evento ser programado para a Nigéria, no primeiro semestre de 2007. Ao mesmo tempo, o Presidente brasileiro renovou a disposição do Brasil promover, junto aos países sul-americanos, a ideia de realização da referida Cimeira.

A 30 de Novembro de 2006, teve lugar, na Nigéria, a I Cimeira África - América do Sul (ASA). Desta Cimeira resultaram a Declaração de Abuja, o Plano de Ação e a Resolução que criou o "Fórum Cooperativo África-América do Sul" (ASACOF), cujas atividades deverão ser coordenadas, do lado africano, pela Nigéria, e, do lado sul-americano, pelo Brasil, os dois países que copresidiram à Cimeira.

A criação da ASA representou uma oportunidade histórica para as duas regiões constituírem um fórum próprio, pela primeira vez,

para traçar objectivos comuns, com espírito de grande solidariedade e por meio de parcerias estratégicas e de cooperação, que contribuam para estimular a capacidade de desenvolvimento sustentável de seus países.

Os documentos assinados em Abuja refletiram uma agenda diversificada, que incluiu temas de cooperação ambiental em recursos hídricos, energias renováveis e biodiversidade. A cooperação pretendida, no âmbito da ASA, envolve diversas áreas, como agricultura, energia, mineração, turismo, informática, saúde, educação e desporto. Os projetos a serem concebidos estarão vinculados a uma estratégia da África e da América do Sul.

O Grupo de Coordenação da ASA é constituído pelos Coordenadores das duas Regiões, pelo país anfitrião da próxima Cimeira, assistidos pela Comissão da União Africana e pelo Secretariado da União de Nações Sul-Americanas. De acordo com o Plano de Ação de Abuja, estão previstos: (a) uma Cimeira de dois em dois anos; (b) encontros ministeriais entre cada Cimeira; (c) outros encontros, de acordo com o que os Estados entenderem necessário. A 27 de Novembro de 2011, decorreu em Malabo, na Guiné Equatorial, uma reunião do Grupo de Coordenação da ASA, no qual os foram analisados vários documentos apresentados por altos funcionários das duas regiões, como o Relatório sobre o Plano de Execução África-América do Sul 2010/2015 e outro do Comité Estratégico Presidencial. O Grupo de Coordenação da ASA propôs que a nova Cimeira da ASA tenha lugar em Maio de 2012 em Malabo, na Guiné Equatorial.





Angola Começa a Exportar Gás Natural

De acordo com o Diretor Nacional de Comercialização do Ministério dos Petróleos, Albino Ferreira, Angola vai começar a exportar gás natural do Projeto Angola gás natural liquefeito (LNG) no Soyo, província do Zaire, a partir do primeiro trimestre de 2012.

Lançado em 2007 para aproveitar o gás natural resultante da exploração petrolífera, evitando a sua queima, o Projeto Angola LNG reúne a Chevron (36,4%), Sonangol (22,8%), BP Exploration (13,6%), ExxonMobil (13,6%), e Total (13,6%) e representa um investimento de 10 mil milhões de USD. O Projeto deverá alcançar as 5,3 milhões de toneladas de gás natural liquefeito e vai fornecer gás butano para consumo interno, tornando o país autossuficiente. Paralelamente, ainda vão ser disponibilizados 125 milhões de pés cúbicos por dia de gás natural destinado à geração de energia elétrica e petroquímica.

A produção de gás vai permitir que o crescimento angolano nos próximos anos se situe na casa dos dois dígitos. Por outro lado, o Projeto Angola LNG permitirá a entrada de Angola no Fórum de Países Exportadores de Gás (GECF), que tem apenas cinco membros africanos, nomeadamente Argélia, Egito, Guiné Equatorial, Líbia e Nigéria.

Sobre o mercado angolano de petróleo bruto em 2010, o Diretor Nacional de Comercialização do Ministério dos Petróleos afirmou que Angola exportou cerca de 624,40 milhões de barris a um preço médio ponderado de 77,925 dólares/barril.



Índice de Democracia do EIU

O Índice da Democracia 2011², do Economist Intelligence Unit, realizado pelo serviço de investigação da revista "The Economist", avaliou as democracias de 165 estados independentes e dois territórios, colocando-os em quatro categorias: democracias plenas, democracias com falhas, regimes híbridos e regimes autoritários.

Segundo o relatório, Cabo Verde é o 26.º país mais democrático do mundo e o primeiro na categoria das democracias com falhas, sendo seguido por Portugal. Os dois países trocaram de posição, já que em 2010 Portugal era o 26º e Cabo Verde o 27º.

Num total de 10 pontos possíveis, Cabo Verde obtém 7,92 (menos duas décimas do que em 2010), o que resulta de uma avaliação baseada em cinco critérios: processo eleitoral e pluralismo (9,17 pontos), funcionamento do governo (7,86), participação política (7,22), cultura política (6,25) e liberdades civis (9,12).

Cabo Verde é referido como um dos seis países da região da África subsaariana onde as eleições são consideradas livres e justas, juntamente com o Botswana, o Gana, as Maurícias, a África do Sul e a Zâmbia.

Entre as democracias com falhas surgem ainda Timor-Leste, que se manteve no 42.º lugar, e o Brasil, que desceu da 47.ª para a 45.ª posição, ex-aequo com a Polónia.

Timor-Leste teve uma classificação global de 7,22 (igual a 2010), com 8,67 no processo eleitoral e pluralismo, 6,79 no funcionamento do governo, 5,56 na participação política, 6,88 na cultura política e 8,24 nas liberdades civis.

Já o Brasil teve 7,12 (igual a 2010) de classificação geral, com 9,58 no processo eleitoral, 7,50 no funcionamento do governo, 5,00 na participação política, 4,38 na cultura política e 9,12 nas liberdades civis.

Moçambique, que desceu do 99.º para o 100.º lugar em 2011, é o único país lusófono entre os regimes híbridos e obteve um total de 4,90 pontos (igual a 2010), distribuídos entre o processo eleitoral (4,83), funcionamento do governo (4,64), participação política (5,56), cultura política (5,63) e liberdades civis (3,82).

² Economist Intelligence Unit: **Democracy index 2011. Democracy under stress.**



Entre os países classificados como sendo regimes autoritários surgem Angola, que desceu do 131.º para o 133.º lugar, e a Guiné-Bissau, que se manteve no 157.º.

O processo eleitoral e o pluralismo angolanos obtiveram 1,33 pontos, o funcionamento do governo 3,21, a participação política 4,44, a cultura política 4,38 e as liberdades civis 3,24, o que resulta numa classificação global de 3,32, igual à do ano passado.

Angola é ainda um dos 40 países que registaram uma deterioração da liberdade de imprensa, revela o relatório.

Com um total de 1,99 pontos (igual a 2010), a Guiné-Bissau recebeu uma classificação de 2,08 no processo eleitoral, 0,00 no funcionamento do governo, 2,78 na participação política, 1,88 na cultura política e 3,24 nas liberdades civis.

O Índice da Democracia de 2011 não refere São Tomé e Príncipe.

Nova Crise na Guiné-Bissau

Após 21 meses de acalmia, a Guiné Bissau conheceu, em finais de 2011, uma nova crise político-diplomática. No dia 26 de Dezembro, uma facção das Forças Armadas, liderada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Bubo Na Tchuto, terá tentado tomar o poder pela força. Este golpe teria uma componente civil representada pelo dirigente do PAIGC Roberto Cacheu. Para além de Bubo Na Tchuto ser uma figura, alegadamente, ligada ao narcotráfico, ele também é visto como um dos polos de oposição ao processo de reformas das forças armadas algo que é considerado essencial para a estabilização interna do país.

Após se terem registado alguns confrontos em Bissau, o golpe fracassou, tendo o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Antonio Indjai liderado a reacção contra os revoltosos. O Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior refugiou-se, durante algum tempo, na Embaixada de Angola, pois havia indicações que os revoltosos o pretendiam eliminar. Angola mantém uma força militar no país com o objectivo de ajudar a Guiné Bissau no processo de reforma das suas

forças de defesa. Porém, nem todos os atores da sociedade civil guineense têm a mesma opinião relativa à presença militar angolana. Para a oposição guineense, a presença de militares angolanos na Guiné-Bissau constitui uma força de ocupação inadmissível. Falando em nome dos partidos da oposição, Victor Pereira, disse ser inaceitável que o Primeiro-Ministro da Guiné tenha sido resgatado da sua residência por forças angolanas. O porta-voz da oposição fazia alusão às notícias que o chefe do governo guineense tinha procurado refúgio na embaixada angolana e que soldados angolanos teriam feito uso de armas de fogo para o proteger de insurrectos que o tentavam captura-lo.

Tudo isto se passou numa altura em que o Presidente do país, Malan Bacai Sanha se encontrava hospitalizado em França, com o seu estado de saúde já muito debilitado.

O governo da Guiné Bissau procurou tranquilizar a Comunidade Internacional, afirmando que a normalidade regressou rapidamente ao país, no intento de não ver congelada as ajudas que o país está a receber e que são fundamentais para levar a cabo as reformas estruturais, nomeadamente na área da Defesa e Segurança.

Apesar do golpe ter sido prontamente controlado, e do seu líder militar, Bubo Na Tchuto, ter sido preso no quartel de Mansoa, permanecem muitas dúvidas sobre as forças envolvidas nesta intentona. Também não é claro quais serão os efeitos, internos e externos, deste acontecimento. Internamente é claro que o poder civil continua muito dependente do poder militar. Externamente, este acontecimento voltou a danificar a imagem da Guiné-Bissau, dando força a todos aqueles que defendem que é necessário uma maior pressão sobre as forças políticas e militares. Por outro lado, o problema do narcotráfico continua a ser central na vida da Guiné Bissau, sendo um factor claramente desestabilizador.





Novo Governo na Tunísia

O líder do partido Conselho Pela República (CPR), Moncef Marzouki, foi eleito novo Presidente da Tunísia após ter vencido as eleições presidenciais de Dezembro passado.

Moncef Marzouki, foi eleito Presidente com o apoio de 153 parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte e tornou-se o primeiro líder eleito do país após a queda de Zine el Abidine Ben Ali.

Dos 202 parlamentares presentes, 44 votaram em branco, três contra e outros dois abstiveram-se, numa eleição secreta na qual Marzouki apresentou-se como único candidato depois das outras nove candidaturas terem sido recusadas por não contarem com o apoio necessário de 15 parlamentares ou não cumprir os requisitos mínimos.

Além disso, sua candidatura contava com o apoio, não só de seu partido, o qual obteve 29 das 217 cadeiras da Assembleia Nacional, mas também do movimento islâmico Al Nahda, que tem 89 assentos, e do AtakatoI, que conseguiu eleger 20 parlamentares.

Estes partidos, que selaram uma aliança parlamentar no dia 21 de Novembro, concordaram que a presidência do Estado ficaria com Marzouki, a da Assembleia com Mustafa Ben Yafaar, do AtakatoI, e a chefia do Governo com o secretário-geral do partido Al Nahda, Hamadi Jabali.



Morte do Líder do Darfur

O grupo rebelde do Darfur, Movimento para a Justiça e Igualdade, anunciou, em finais de Dezembro, que o seu líder, Khalil Ibrahim Mohammed foi morto na sequência de um raide aéreo das forças armadas sudanesas.

Também o Exército sudanês confirmou a morte, embora tenha indicado que a mesma se deveu a combates na zona sudanesa de Cordofão.

Segundo fontes militares sudanesas, Ibrahim, de 54 anos, dirigia-se à República do Sudão do Sul quando seu comboio foi interceptado por soldados que o tinham seguido, utilizando informações dadas pelos habitantes da região.

Com a morte de Ibrahim, que era médico, desaparece um dos principais inimigos do regime do Presidente sudanês, Omar al-Bashir. O Ministro sudanês de Informação, Abdullah Ali Masar, considerou este facto como uma vitória do Governo sudanês e o começo da derrota dos rebeldes de Darfur.

Como fundador do MJI, Khalil começou a luta armada contra o regime de Cartum em Fevereiro de 2003, junto ao Movimento de Libertação do Sudão (MLS), liderado por Abdul Wahid al Nur, em protesto pela pobreza e a marginalização que os habitantes de Darfur sofriam.

Em Maio de 2008, foi lançada uma ofensiva contra Omdurman, sector oeste de Cartum, na qual morreram 255 insurgentes e 77 membros das forças de segurança. Após esse ataque, dezenas dos combatentes do MJI foram condenados à morte, incluindo dois dos irmãos de Ibrahim.

Depois da ofensiva, o MJI tomou parte em negociações de paz, promovidas pelo Qatar, e assinou dois memorandos de entendimento com o governo sudanês, mas suspendeu sua participação ao considerar que era inútil negociar com o regime, ao qual acusou de manter uma atitude inflexível.

Em Maio de 2010, Cartum pediu à Interpol a detenção de Ibrahim pelo ataque de 2008 contra Omdurman. Simultaneamente, as autoridades do Chade retiraram o apoio que lhe tinham dado até aquele momento, visto que suas diferenças com o governo do Sudão haviam terminado. Os dois países assinaram um acordo de normalização de relações em Janeiro de 2010, no qual se comprometeram a não apoiar movimentos armados opositores do outro Estado.



Assim, quando Ibrahim tentou entrar em Darfur através do Chade, em Maio do ano passado, após uma viagem ao Egito, as autoridades chadianas impediram-no, acabando por se refugiar na Líbia com o apoio de Muammar Kadhafi.

Depois de mais de um ano na Líbia, Ibrahim regressou a Darfur em Setembro de 2011, após um apelo do MJI à Comunidade Internacional, que pediu o resgate de seu líder depois que Kadhafi ter saído de Trípoli devido ao avanço dos rebeldes líbios.

Petróleo em São Tomé e Príncipe

Depois de alguns anos e de notícias menos encorajadoras em relação às potencialidades petrolíferas de São Tomé, foi anunciado pelo Diretor Executivo da Autoridade Conjunta, Jorge Santos, que há agora boas perspectivas para a existência no país de petróleo em quantidade comercial.

Este anúncio foi feito com base nos resultados do bloco um. Neste bloco, da zona de exploração conjunta São Tomé e Príncipe/Nigéria, existe petróleo em quantidade comercial, informação que será confirmada com dois furos a serem feitos brevemente pela petrolífera francesa Total.

A TOTAL é a principal operadora do bloco um na Zona de Desenvolvimento Conjunta (ZDC) e o seu Diretor-geral Francois le Cocq anunciou em 30 de Novembro, na capital são-tomense, que esta empresa vai fazer dois furos neste bloco, no primeiro trimestre de 2012, num investimento de mais de 200 milhões de dólares norte americanos (153 milhões de euros).

A exploração de petróleo na área conjunta entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria ficou abrangida pelo Tratado que os dois países assinaram a 21 de Fevereiro de 2001 em Abuja. À luz deste Tratado, foi criada a zona de exploração conjunta e foi também definida uma estrutura institucional para gerir os recursos existentes nessa área.

O Valor dos Megaprojetos em Moçambique

Os oito megaprojetos existentes em Moçambique, nomeadamente, a fundição de alumínio Mozal, da petrolífera Sasol Petroleum Temana, Sasol Petroleum Moçambique, Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), Areias Pesadas de Moma, Riversdale, Anadarko e Vale Moçambique, contribuíram, em 2010, apenas 0,004% para as receitas globais do Estado, equivalente a 83 milhões de euros, e 0,001% do Produto Interno Bruto em 2010, revela o relatório sobre a Conta Geral do Estado de Moçambique

Dos valores arrecadados, 38,7%, correspondente à HCB participado, 24,1% à Anadarko, 17% à Mozal e 6,8% à empresa Vale Moçambique. A preponderância da HCB foi determinada, essencialmente, pela receita proveniente das taxas de concessão, já que, em termos de receita fiscal, o seu contributo (5 milhões de euros) é, no contexto dos demais, bem mais modesto.

Mas, neste período, a Mozal e Sasol, por exemplo, obtiveram isenções fiscais estimadas em 59 milhões de euros. Contudo, o peso dos impostos por elas pagos rondou 0,0002% do PIB, enquanto a respectiva despesa fiscal se situou, também face ao PIB, em 0,6069%", segundo a auditoria do Tribunal Administrativo de Moçambique. Assim, o montante dos benefícios fiscais que estes megaprojetos usufruíram foi equivalente a 3.034,5 vezes a receita fiscal por eles gerada, acrescenta o auditor das contas do Estado moçambicano.

Esta realidade vem dar força à posição expressa por vários economistas moçambicanos, os quais defendem a abolição de zonas francas em Moçambique e a renegociação dos acordos com as grandes empresas, principalmente com a Mozal, o maior investimento privado dos últimos anos no país.

A Mozal é avaliada em 1,5 mil milhões de euros mas beneficia de isenção de todas as taxas, excepto o imposto relativo aos rendimentos das pessoas colectivas, em que a empresa paga apenas 1% dos seus lucros.

O economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco estima que o potencial dos megaprojetos mais conhecidos, se explorado, pode duplicar a receita fiscal do Estado. No entanto, considera que, caso se mantenha, a política governamental de isenção fiscal pode pôr em causa a estabilidade social nacional.



De acordo com os cálculos do académico, se as grandes empresas estiverem sujeitas ao fisco comum, as receitas do Estado cresceriam 60% num curto espaço de tempo.

Carlos Castel Branco tem sido das vozes mais críticas em relação a estes megaprojetos. Ao longo dos tempos tem feito duras críticas à resistência do executivo moçambicano em renegociar os contratos com os megaprojetos, considerando ser uma questão de conveniência das elites políticas moçambicanas, para manter as suas alianças umbilicais com o capital multinacional.

Morte do Presidente da Guiné Bissau

O Presidente da Guiné Bissau, Malan Bacai Sanhá, morreu no dia 9 de Janeiro no Hospital Militar de Val de Grace em Paris, onde se encontrava internado desde finais de Novembro. O estado de saúde do Presidente Bacai Sanhá já se vinha deteriorando nos últimos meses, devido a uma crise diabética aguda, tendo passado alguns períodos internado em Dakar.

Bacai Sanhá é o quarto Presidente do país a não terminar o mandato, tal como já tinha acontecido com Luis Cabral afastado por um golpe de estado, Nino Viera morto em 2009 e Kumba Ialá afastado em 2003 também por um golpe de estado. Eleito em 2009, Bacai Sanhá desempenhou o cargo durante dois anos, tendo sido considerado como um elemento de estabilidade e de mediação entre os vários grupos que na Guiné lutam pelo poder.

O corpo do Presidente Malan Bacai Sanhá, após regressar de Paris, foi sepultado na Fortaleza da Amura na cidade de Bissau. Nesta Fortaleza foram sepultados, em 1975, os restos mortais de Amílcar Cabral, e, mais tarde, os de outras destacadas figuras guineenses, nomeadamente Francisco Mendes, Osvaldo Vieira. Nino Vieira, foi sepultado no cemitério de Bissau. Luís Cabral, outro Chefe de Estado guineense já falecido, está sepultado em Lisboa.

O desaparecimento do Presidente guineense surge num momento particularmente delicado da vida do país. Na sequência da tentativa de golpe de estado do passado dia 26 de Dezembro, liderado pelo Al-

mirante Bubo Na Tchuto, o país vive num clima de alguma tensão. Vários dos adversários do atual Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, viam no Presidente um apoio às suas posições.

De acordo com a constituição guineense, o cargo de Presidente passa a ser ocupado, interinamente, pelo atual Presidente da Assembleia Nacional, Raimundo Pereira, o qual já tinha desempenhado estas funções após a morte de Nino Viera em Março de 2009. Por outro lado, a Constituição prevê a convocação de novas eleições presidenciais no prazo de 90 dias.

Apesar dos problemas financeiros e logísticos que o país enfrenta, o Presidente interino decidiu marcar as eleições presidenciais para 18 de Março. Face à pressão do tempo, o Governo guineense decidiu aceitar a recomendação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e não proceder a um novo recenseamento. Esta decisão, embora facilite o cumprimento dos prazos, poderá provocar alguma tensão entre as diversas sensibilidades políticas no país, uma vez que o último recenseamento é o de 2008. Se não houver algum mecanismo que permita a todos aqueles que, desde 2008, completaram 18 anos de votar poder haver problemas no momento da contagem dos votos, especialmente se as diferenças entre candidatos forem pequenas.

Para 2012 já estavam previstas eleições legislativas no país, provavelmente no mês de Novembro, o que complica mais a situação devido aos custos associados à realização de dois atos eleitorais. Perante isto, haverá a possibilidade de se juntarem os dois atos, o que devido à delicada situação que o país vive, talvez não seja a melhor opção.

À semelhança de atos eleitorais anteriores, a Guiné Bissau deverá apelar ao apoio internacional para conseguir levar a cabo os atos eleitorais. Esta ajuda deverá traduzir-se em apoio financeiro e técnico, assim como o envio de observadores internacionais destinados a credibilizar os processos. Os principais apoios deverão chegar de Angola, EUA, União Europeia e Portugal. Uma vez que estas eleições não estavam previstas, a União Europeia não prevê enviar uma Missão de Observação Eleitoral.

Uma outra questão importante a acompanhar, nos próximos meses, é o aparecimento de eventuais candidatos às eleições presidenciais. Um, será o próprio Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, o qual goza de grande prestígio externo e importantes apoios internos. Uma eventual candidatura sua não deixará, sem dúvida, de levantar pro-



blemas internos. Primeiro, será necessário substituí-lo no cargo de Primeiro-Ministro, sendo que um dos mais fortes candidatos é o atual Ministro da Educação Artur Silva. Em segundo lugar, uma candidatura de Carlos Gomes Júnior não deixará de levantar alguma oposição, mesmo dentro do seu próprio partido, o PAIGC.

Outros eventuais candidatos são Kumba Ialá, embora o facto de viver há vários anos fora do país, em Marrocos, não deixará de o prejudicar. No entanto, Ialá contará sempre com um forte apoio da população balanta e do seu partido, o PRS. Também Henrique Rosa, que foi candidato nas últimas presidenciais, deverá concorrer novamente.

O atual Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, tem sido apontado como potencial candidato de futuro às presidenciais na Guiné. No entanto, os apoiantes de Simões Pereira nunca pensaram que a oportunidade surgisse tão cedo, preferindo que esta candidatura apenas avançasse no fim do atual mandato presidencial. O seu atual mandato como Secretário Executivo da CPLP termina em Junho de 2012, o que lhe permitiria avançar com uma candidatura para o cargo de Primeiro-Ministro, em substituição de Carlos Gomes Júnior, deixando para mais tarde uma candidatura à Presidência.

Crises Agravam Situação na Nigéria

Desde o início do ano, a Nigéria enfrenta duas crises distintas mas, que em conjunto, têm provocado uma grave instabilidade interna.

A primeira crise é, de certo modo, cíclica e diz respeito ao conflito entre as populações islâmicas do norte do país e as populações cristãs do sul. Este conflito tem provocado, ao longo dos últimos anos, centenas de mortos. Esta nova vaga tem atingido especialmente as populações cristãs, as quais têm sido alvo de sucessivos ataques. Na noite de Natal de 2011, vários ataques perpetrados por radicais islâmicos atingiram escolas e igrejas provocando 40 mortos de dezenas de feridos. Os ataques dos muçulmanos aos cristãos provocaram o temor de uma onda de violência sectária e mesmo de uma possível guerra religiosa que possa afectar todo o país.

A autoria dos ataques foi reivindicada pela seita Boko Haram, que defende a criação de um estado islâmico na Nigéria e a implementação da sharia (lei islâmica), sendo evidentes as suas ligações ao grupo da Al-Qaida no Magrebe Islâmico, apoiando-o na sua estratégia de expansão em África. Paralelamente, a seita Boko Haram pretende atingir os símbolos da autoridade estatal, nomeadamente a polícia e o exército. O crescente protagonismo do Boko Haram preocupa tanto o governo nigeriano como os seus principais aliados, nomeadamente os EUA.

Em 2011, os ataques do Boko Haram causaram 500 mortos. Face à onda de violência religiosa e étnica, o Presidente Jonathan Goodluck declarou o estado de emergência em 15 localidades mas a violência prosseguiu.

Em simultâneo, o país está a viver, desde o início de 2012, uma outra crise e que está relacionada com a decisão do governo de retirar os subsídios aos combustíveis. Embora esta medida já estivesse prevista desde de Outubro de 2010, foi sendo sucessivamente adiada. Tradicionalmente, o governo nigeriano, apesar de grande produtor de petróleo, tem uma limitada capacidade de refinação, subsidiava os combustíveis utilizados pela população. Com o fim do subsídio, o litro de gasolina passou de 35 cêntimos de euro para 75 cêntimos. Esta decisão provocou um aumento em cascata de todos os bens o que provocou um aumento do custo de vida afectando especialmente os mais pobres que vivem com menos de 1.5 euros por dia.

A partir de 2012, foi decidido suspender este apoio, o que provocou uma enorme onda de contestação com greves que se prolongaram por vários dias. Apesar das contestações sociais, o governo nigeriano não exibiu quaisquer sinais de que ia anular a sua decisão de cortar o popular subsídio, dizendo que a sua manutenção iria, a longo prazo, levar o país à bancarrota. Aliás o governo prometeu que não iria pagar os salários aos funcionários que aderissem à greve. O governo só reagiu após duas semanas de greve geral e confrontos generalizados um pouco por todo por todo o país. Para acalmar a situação, o governo decidiu, a 16 de Janeiro, repor metade do subsídio aos combustíveis.

As duas crises representam um desafio para o governo, e os críticos dizem que o executivo não tem conseguido responder à situação. O alastramento desta situação poderá levar o país a mergulhar numa nova guerra civil, a qual, para além das implicações internas, não deixaria de ter consequências a nível regional e internacional devido ao peso das exportações petrolíferas da Nigéria.

TV Chinesa abre Delegações

A televisão central da China (CCTV) inaugurou, em início de Janeiro, um centro de produção em Nairobi, Quênia, e até ao final de 2012 quer estabelecer mais 14 delegações no Continente Africano. Angola é um dos países africanos onde a Televisão Central da China pretende abrir, este ano, uma delegação.

O novo CCTV África News Production Center, instalado na capital queniana, é apenas o início de uma grande expansão da estação fora da China e em inícios de Fevereiro será inaugurado em Washington um centro idêntico.

A expansão da CCTV visa aumentar a influência internacional da China, tentando promover o desenvolvimento da cultura do país a nível internacional de modo a retirar dividendos da capacidade económica do país. A CCTV lançou em 2009 um canal internacional de notícias em inglês, chamado "CCTV News". Desde então, a CCTV News contratou 45 correspondentes estrangeiros em mais de 30 países, além de 15 jornalistas de língua materna inglesa que, de hora a hora, apresentam os noticiários.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05